



EM FOCO

A Intemporalidade da Ética - a Ética na Profissão

Adriano Moreira

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

PROFESSOR EMÉRITO DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

I - A Ética Internacional e os Factos

A velocidade com que os meios de comunicação anunciam as emergências gritantes, que logo são remetidas para o arquivo da frágil memória coletiva, para dar lugar ao apelo às atenções de cada novo dia, contribui para que também as vozes inspiradas, que são raras, percam rapidamente o seu poder encantatório votado ao esquecimento. O regresso de Kofi Annan aos noticiários, não foi porque a questão de Israel – Palestina de novo interpelava a consciência mundial ao mesmo tempo que o Partido para a

Liberdade (Holandês) apelava ao radicalismo de anti-imigração de naturais dos países muçulmanos para o espaço europeu. Parece esquecido, ao que parece, que foi já em 1998, quando não era previsível o ataque de 11 de Setembro de 2001 às Torres Gémeas, que a Assembleia Geral da ONU proclamou a clara orientação no sentido de promover o diálogo entre as culturas, com a infeliz coincidência de ter justamente proclamado o ano de 2001 como o ano do diálogo das culturas. Também foi ele quem organizou a

conferência sobre Uma Ética Global no âmbito da qual, em 12 de Dezembro de 2003, na Global Etic Foundation, atualmente presidida por Hans Küng, colocou perante o mundo globalizado a questão de saber se havia ainda valores reverenciáveis. O ilustre atual presidente da Fundação dá guarida à narrativa desta intenção, que as circunstâncias aconselham a recordar, a propósito da euforia que justificadamente rodeou o regresso de Kofi Annan aos noticiários, acompanhando o entusiasmo que lavrava

na sua terra por ali decorrer o Mundial de 2010, em que coincidiu infelizmente com o agravamento do encontro das civilizações, que as iniciativas do antigo Secretário-Geral oportunamente visaram impedir. A situação no Médio Oriente, tragicamente agravada, a guerra no Afeganistão, a realidade iraquiana, fizeram lembrar as conclusões largamente esquecidas do Grupo de Pessoas Eminentíssimas que escreveram o famoso relatório intitulado *Crossing the Divide. Dialogue among Civilizations (Pontes para o futuro. Um manifesto para o diálogo de culturas)*, que interessou tanto Hans Küng que este lhe deu o devido relevo no seu traduzido para português, *Islão* (Edições 70 – 2010), e que de novo atualiza a questão de distinguir entre a validade dos princípios e dos valores, e a infeliz realidade da sua violação por Estados, movimentos, e atos individuais. É seguramente importante

concluir que faz parte do património comum da Humanidade, especialmente no que toca à contribuição das religiões monoteístas, que a não-violência e o respeito pela vida, a tolerância e a questão da verdade (isto é, não mentir, não enganar, não falsificar, não manipular), a igualdade de homens e mulheres, o reconhecimento de que a dignidade de cada homem é inviolável, e que tudo é “património comum das três religiões abraâmicas”: Mas por imperioso e inadiável que seja reconhecer e proclamar a validade universal destes valores, os factos exigem não moderar a gravidade do facto de que as violações são frequentes, que a violência dizima inocentes aos milhares em guerras sem justificação nem objetivos, que o abuso da capacidade técnica, designadamente militar, sobre identidades étnicas e culturais minoritárias continua implacável, e por isso,

também deve ser recordado que Kofi Annan, na famosa conferência registada por Küng, proclamou que estas denúncias e proclamações sobre a não-violência e respeito pela vida, sobre a solidariedade entre os povos e a defesa de uma ordem económica e financeira justa, sobre a tolerância e o culto da verdade, implicam que não se consinta o abuso dos poderes e sistemas dominantes, e que não se deixe de assumir a responsabilidade de exercer o poder-dever de intervenção justa, para que a distância entre os princípios e os factos deixe de progredir, com prejuízo da reconhecida e pregada ética universal. Trata-se certamente da mais difícil exigência feita aos poderes em exercício, mas também da mais importante exigência que estas vozes não podem calar.

II - A Ética na Política

Um dos factos que marca a nossa época, que já foi chamada do “mundo sem bússola”, é que ao mesmo tempo que as Faculdades de Humanidades são secundarizadas pela teologia de mercado e orçamento para que tendem os governos neoliberais, a ALLEA-ALL European Academies, considerou urgente iniciar uma investigação conjunta em busca dos “Common Values in The European Research Area”, que recolheu num livro editado em 1906 pela Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences. O lema foi “European Scientists and Scholars Meeting Their Responsibility. A principal conclusão, que torna insegura a busca de um *paradigma global*, a cuja investigação entregou a vida o Padre Kung, e a que se dedica a UNESCO, foi o reconhecimento da “multiplicidade de convicções morais e posições éticas na Europa no que toca à variedade de essenciais problemas sociopolíticos que estamos a enfrentar”. A questão agravou-se quando assumimos que nesta data é o *globalismo*, e não apenas o *européismo*, que nos desafia, com todas as áreas culturais do mundo falando à comunidade internacional em liberdade, pela primeira vez na história. De qualquer modo, um dos temas salientes, relatado por Henk Tem Have, Diretor da Division of Ethics of Science and Technology at UNESCO, foi – Ethics and Politics, e que teve sobretudo em vista as “implicações éticas da ciência e da técnica contemporâneas”. Talvez a compreensão do tema seja ajudada, tendo presente o seguinte: que as áreas culturais se identificam com escalas

de valores diferenciados, com frequência pela dominância de percepções religiosas diferentes ou até opostas, e que, em vista do globalismo, a ciência e a técnica desencadearam modificações culturais que tornam por vezes difícil distinguir o específico,

o comum, e o geral. Por exemplo, a queda do Muro de Berlim em 1989, deu apoio à doutrina do *Fim da História* (Fukuyama), que significava que o modelo americano, na forma de governo, na economia, nos usos e costumes, seria o modelo sobrevivente



para todos os povos. Não foi o que aconteceu, grandes culturas como a da China, ou da Índia, ou os pluralismos europeus e ocidentais, católicos, protestantes, ortodoxos, se vão *formalmente*, com exceções, adotando o *modelo democrático* como matriz, o conteúdo do conceito, e as realidades cobertas quanto, por exemplo, à igualdade dos homens, e qual, são variáveis. Por isso, geralmente, a *ética* designa qualquer sistema de valores morais que recebem adesão de uma comunidade, e estuda-se a *ética* da vida económica, a *ética* profissional, e sobretudo a *ética da política*. Tecnicamente é agora frequentemente usada a expressão como um termo próprio da filosofia que estuda a moralidade, distinguindo a *ética* normativa e a *meta-ética*, a primeira que descobre ou critica os sistemas de valores morais, e sua consistência e competitividade com a natureza humana, e a segunda ocupando-se da justificação em que tais valores assentem, e de onde deriva a sua imperatividade. Tomando, para simplificar, a doutrinação de Kant sobre a dignidade humana e a racionalidade dos princípios morais, cada um deve procurar que a sua conduta deva ser uma regra universal. Posto isto, acontece que a *Política*, quer durante todo o período do *domínio dos reis*, como agora no período do *domínio dos povos*, tem em Maquiavel uma marca de referência que diz respeito aos factos: a *conquista*, *exercício*, e *manutenção* do poder, tendo sido um avanço ocidental o

facto de substituir a *força pelo voto*, a *imposição pelo consentimento*, a *tolerância pelo respeito*. Isto não impediu que a revolução, que alguém definiu como “uma ideia apoiada nas baionetas”, tenha de registar, como lucidamente escreveu Douglas Smith, que a revolução soviética, apenas anunciou “atrocidades futuras do sangrento século XX” em que raça, classe, e religião, perturbam a transparência do processo com a política de *mise-en-scène* a tentar obter a *prise-en-charge* da teatrologia. A legitimidade da oposição ao poder é prejudicada, o que em parte explica a *desconfiança* crescente das sociedades civis nos governos ocidentais. Imposta a clareza do discurso, que se obtém quando a realidade da situação e dos objetivos do conceito estratégico são preservados, obtém-se a *legitimidade* da tomada do poder separado da *legitimidade de exercício*, que exige a correspondência entre o *pregado* e o *praticado*, um facto que os governos frequentemente substituem pela liberdade criativa do não dito nem previsto, facto que enfraquece o sistema jurídico dos guardas dos guardas, e a estabilidade da sociedade civil. A atitude dos governos perante as Constituições é uma referência a seguir. Há finalmente uma divisão de poderes, que é suposto ser observada por imposição de conceção do mundo e da vida que antecede a codificação do regime, e portanto o modelo democrático da herança ocidental. A divisão entre o que pertence a Deus e o que

pertence a César, que sobretudo implica, nos nossos dias, a distância entre o poder, em qualquer dos seus ramos, e a vida económica, sobretudo de mercado, outro dos limites que estão a afetar a confiança das sociedades civis nos governos, é a compreensão de que a *sociedade civil democrática* não é apenas constituída por cidadãos com os seus direitos e deveres constitucionais garantidos: também compreende *instituições* (culturais, científicas, de solidariedade, de ensino, de Estado social) que articulam a identidade dos povos, e fazem deles *comunidades de afetos*, pelo passado, pelo presente, pelo futuro. A crise financeira anda a desafiar esse valor, com intromissões arriscadas, designadamente na área das privatizações. A busca de um *paradigma mundial*, que ocupa a UNESCO, tem o seu maior obstáculo no facto de o globalismo ser uma realidade de estrutura ainda mal construída, de todas as áreas culturais falarem em liberdade o que ainda não permitiu tornar o diálogo consistente, e, consequência sobretudo ocidental, por ser crescentemente duvidoso se o Estado que conhecemos não foi ultrapassado como instrumento de governo. Sabemos, pelo menos, que cerca de metade dos Estados existentes não tem sequer capacidade para enfrentar os desafios da natureza, em parte potenciados pelos avanços e uso da ciência e da técnica sem limitações éticas estabelecidas.

III - A Ética das Profissões

O tema da *ética* das profissões, que teve a estabilidade de resposta apoiada na estabilidade das sociedades que corresponderam ao modelo da *vida habitual*, isto é, previsível de acordo com as normas de conduta e os objetivos da cultura dominante, não podia ficar imune à circunstância envolvente da globalização.

Este fenómeno arrasador das barreiras entre soberanias, sociedades civis, tradições, conceções do mundo e da vida, tem hoje uma expressão cimeira, e desafiante, na questão do encontro de culturas, do multiculturalismo, do conflito cultural, da harmonização de tradições, da cultura sem memória (Hélé Béji).

Os fenómenos da subida aos extremos, que caracterizava o fenómeno da guerra, ainda assim submetida a limitações éticas e jurí-

dicas aceites pelos Estados, incluem agora uma linha de terrorismo global que absolutamente nega essas limitações, guia-se por um *consequencialismo* que legitima todas as ações pelos resultados obtidos, e por isso também determina a aguda urgência de autonomizar o tema da *exigência ética*, assente na convicção de que as diferenças culturais, étnicas, religiosas, e históricas, não eliminam, no encontro pacífico ou conflituoso, a *questão dos valores e da moral*. De facto trata-se de avaliar os limites da tolerância, o que significa conter o que foi chamado *the disrespect of difference*, e não consentir *the excess of homeland*.

Abstraindo agora das questões dos regimes políticos ao redor da terra, desafiados pelos padrões democráticos ocidentais, e sem ignorar que se trata de um tema central no ambiente de todos os outros sectores de

atividade, a *exigência ética* mundializa-se ao ritmo com que a ciência, a técnica, e o globalismo económico, atravessam todas as diferenças culturais, antes a viver em regime arquipelágico, e agora alienadas na *rede* da chamada *destruição criativa* que impõe os seus efeitos colaterais, ainda quando a vontade das populações e dos Estados não foi consultada.

A orientação metodológica que aconselha a não confundir as diferenças culturais com a *exigência ética*, implica regressar à angústia clássica de distinguir e escolher entre sistemas baseados na *natureza humana* e *virtude* (Aristóteles) e sistemas baseados na *análise de princípios* (Kant), desafiados ambos pelo *consequencialismo* que frequenta a ação política e entende que os fins justificam os meios (Lenine), e que “*if the means accuse, the end excuses*”.

Na longa tradição dos ocidentais, que assumiam o governo do mundo durante o longo tempo que recebeu o ponto final na viragem do milénio em que estamos, a *exigência ética* funcionou como uma espécie de *pre-constituição* de todos os sistemas de governo. Talvez não seja excessivo lembrar aqui Cícero, o qual viveu num perigoso período da história europeia (106-43 av. J. C.) como principal autor do legado que, em *De finibus* e *De officiis*, fez depender a vida conversada da prática do correto, isto é, agindo de acordo com as normas e, antes disso, praticando a honestidade, o respeito pela palavra dada, obedecendo a uma lei que um Deus legislador inscreveu no coração de todos os homens, e quem lhe obedece é justo, e quem não lhe obedece é réprobo.

Aceitar esta referência dos valores e compreensão dos valores como uma componente da atitude comum e identificadora da humanidade, é uma perspetiva independente das diferenças teológicas e filosóficas respeitantes à ética, antes é mais vinculada à observação dos comportamentos, muito concretamente usando as expressões *ética dos negócios*, *ética profissional*, tendo em vista modelos característicos de atividades, que vigoram com independência das perspetivas pessoais dos que lhe obedecem.

Nesta perspetiva, observou Max Scheler (*Ética*, I, Madrid, Ocidente, 1941), “que a identidade dos valores e da sua hierarquia não é motivo tão pouco para concluir que devem valer para “todos os homens”, ou pelo menos para todos os membros de um povo, iguais leis normativas morais: antes pelo contrário, com os *mesmos* valores morais, e idêntica hierarquia entre eles, podem verificar-se leis diferentes, por exemplo, “*leis de exceção*”, sem que possa daí concluir-se contra a objetividade e identidade dos valores morais”, normas estas que não se confundem com *conselhos pedagógicos*, nem com *proposições puramente técnicas*.

Esta compreensão comum dos homens, com variantes que não afetam a convicção, foi expressa por Voltaire, em polémica com M. le Beau, autor de uma *Histoire du Bas-Empire*, com estas palavras: “os agricultores, os operários, os artistas, não frequentaram cursos de moral; não leram nem *De finibus* de Cícero, nem as *Éticas* de Aristóteles; mas quando refletem, são sem o saberem discípulos de Cícero: o tintureiro indiano, o pastor tártaro, o marinheiro inglês conhecem o justo e o injusto. Confúcius não inventou de maneira nenhuma um sistema de moral, como quem cria um sistema de física. Encontrou-o no coração dos homens”.

(*Dictionnaire Philosophique*, Lebigre Frères, Librairies, Paris, 1833).

Trata-se de um tema que o globalismo tornou atual, ao exigir a meditação da história como um devir que não é diferenciadamente europeu, ou ocidental, nem oriental ou do Sul pobre do mundo, mas sim uma História da Humanidade em cuja definição convergem as gerações de todas as latitudes, tal como decidiu a UNESCO (*Historia de la Humanidad*, Unesco, 12 volumes, 1963). Nesta perspetiva, essa História da UNESCO, avaliada a explosão científica e técnica que teve a domesticação da energia atômica como referência histórica, incluiu as seguintes palavras nas conclusões: “A questão moral consistia em saber se a própria ciência encontraria uma nova moral para uma nova era científica ou se qualquer das formulações históricas de valores e sanções morais seria suficiente para a nova situação. Os próprios cientistas se viam perante um dilema ético. A ciência tinha a sua própria moral na busca do conhecimento: investigação permanente, liberdade da mente, honestidade total na observação e na informação, cooperação mútua na indagação comum da verdade. Mas os cientistas não estenderam tradicionalmente estes valores à aplicação do saber, porque neste terreno não eram os valores da ciência que imperavam, eram os valores da Sociedade. Várias profissões tinham a sua ética para aplicação do conhecimento científico: a profissão médica para a cura, a profissão militar para a destruição. Mas em face das terríveis possibilidades que tinham sido conseguidas, os cientistas começaram a questionar-se sobre a sua própria neutralidade em relação com a aplicação do saber e a perguntar-se se não tinham uma responsabilidade especial, pelo menos para fazer com que os efeitos potenciais das suas descobertas fossem conhecidos pelo público e pelos responsáveis pela ação política. (vol. XII, pag. 463)

Se meditarmos sobre o alcance destas palavras, abonadas por um grupo excepcional de responsáveis pela elaboração da História em referência, talvez não deixemos de colocar reservas ao conceito de “sociedade da informação e do saber” (Delors) que orienta a proposta rede da investigação e do ensino que se vai estruturando no espaço também em crescimento da União Europeia, e com tradução surpreendentemente autista na reformulação que alguns Ministérios da Ciência desenvolvem.

Talvez seja absolutamente necessário, e por isso exigível, acrescentar que a *sociedade da informação e do saber* também tem de ser

da *sabedoria*, uma mensagem que a História da UNESCO grita a todos os povos, e de que o professor Julius Robert Oppenheimer, autor de importantes trabalhos sobre a teoria quântica do átomo, e interveniente principal na domesticação da energia atômica (New York 1904 – Princeton 1967) avisou os governos advertindo que esse poder não podia ser utilizado para fins militares, pagando o preço da advertência.

O trecho que destacámos da História devida à UNESCO, e que articula o *saber* com o *saber fazer* na interrogação sobre os valores envolvidos nesta temática, destaca apenas um aspeto, sem dúvida relevantíssimo, de crise geral das sociedades, e da comunidade mundial dos povos.

Alguns textos matriciais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem; intervenções fundamentais, como a Nova Mensagem de Assis de João Paulo II, apelando à convergência de todas as religiões, a partir dos valores comuns, para reconstruir a paz e o seu corolário do desenvolvimento sustentado; a tentativa de criar uma Jurisdição mundial – como Tribunal Penal Internacional – onde juízes provenientes de todas as áreas culturais devem convergir para aplicar uma matriz comum de valores; o apelo que se multiplica em relação a todas as comunidades políticas, incluindo a portuguesa, para que se respeite essa espécie de *pre-constituição* que é um tecido cultural imbuído de valores, que sustenha a sociedade de confiança ameaçada pela corrupção, pela criminalidade comum, pela debilitação das capacidades do Estado: tudo documenta o apego a uma experiência secular que não dispensa a *sabedoria dos valores* reguladores e moderadores da *sociedade do saber e da informação*.

E por isso, a sociedade civil vai reagindo, embora com a lentidão que a natureza das coisas impõe à espontaneidade dos movimentos corretores das insuficiências de funcionamento das estruturas sociais e políticas em vigor, e os centros cívicos responsáveis são alertados para revigorarem a sua capacidade de intervenção.

Parece ser justamente neste patamar da crise geral em que vivem a governança mundial e a governança dos Estados, que se insere a função e responsabilidade das Ordens profissionais, justamente situadas no ponto crítico de articulação entre a livre investigação e a aplicação dos saberes, dentro do quadro de objetivos, necessidades, e valores, da sociedade.



As Ordens foram tradicionalmente poucas, uma limitação quantitativa harmónica com sociedades de vida habitual, cujos usos e costumes evoluíam com lentidão, e aceitaram a natureza aristocratizante dos títulos universitários que qualificaram para o exercício daquelas prestigiadas profissões: direito, medicina, arquitetura, engenharia, destacaram-se neste panorama.

A sua principal função foi definir e fazer observar a ética da profissão, subordinada a um conjunto de *regras da arte* que o próprio corpo profissional define.

Chamam-se profissões liberais, não apenas pelo pensamento de progresso das sociedades que as animava, mas também porque eram profissões exercidas, como regra geral, sem dependência de uma hierarquia patronal, cada profissional em diálogo íntimo com a sua ciência e consciência, à luz de uma ética que a comunidade profissional desenvolvia também na intimidade da sua vigilante agremiação.

A história de cada uma dessas Ordens é nobilitante, a harmonia entre essas instituições do *saber fazer*, e as Universidades sedes da livre investigação e ensino, era evidente, não apenas porque era frequente a dupla pertença dos titulares, mas também porque os *conceitos estratégicos* respetivamente da *rede de investigação e ensino* e das *Ordens* evoluíam articuladas: vista a inquietação de que a referida história da UNESCO se fez voz, as regras da arte, a ética da profissão, apoiaram uma resposta segura no sentido de que a *sociedade da informação e do saber* também o deveria ser da *sabedoria*. Devemos isso à história das Ordens.

Todavia, a mudança acelerada das estruturas da governação mundial, a desatualiza-

ção dos conceitos que orientaram a construção do Estado soberano obrigado a procurar grandes espaços de integração como é a União Europeia, forçado a reconhecer a intervenção mundial de poderes atípicos que recorrem a violências terroristas, a enfrentar a criminalidade internacional e o descontrolo das migrações, a sofrer a utilização ilícita e por vezes ameaçadora dos progressos do saber e da técnica, a reconhecer o poder regulador crescente das redes em todos os domínios, tudo fez em alguns casos desregular a harmonia entre os conceitos estratégicos das instituições da investigação e ensino e as instituições reguladoras do saber fazer que são as Ordens, estas por sua vez a multiplicarem-se, a criar valências sindicais que perturbam o conceito, com o fenómeno da articulada *rede internacional* inevitavelmente a manifestar-se, e até com a teologia de mercado, que domina as perspetivas ocidentais, a tender para considerar as Ordens como puramente organizações económicas.

O desencontro entre o conceito estratégico das instituições de investigação e ensino e o conceito estratégico das Ordens é entre nós manifesto, resultado da desatenção e inércia do Estado, que durante dezenas de anos permaneceu indiferente às advertências que lhe foram dirigidas, pelo que o reconhecimento automático das formações obtidas nos claustros universitários enfrenta dificuldades que resultaram do abuso semântico quanto às designações dos cursos, e também da debilidade que as avaliações reconhecem a algumas das formações.

Nesta situação era dispensável que o poder político, a braços com o regresso à função reguladora da rede da investigação e ensino, com a frequente errada perspetiva de imaginar que se defronta com um deserto apenas porque ignorou as advertências, também

tenha considerado apropriado interferir na definição do código ético profissional, como se passa com a Ordem dos Médicos, e dá sinais de lhe ocorrer regular por ato soberano o desencontro entre os conceitos estratégicos da investigação e ensino e os conceitos estratégicos das Ordens, sem identificar e assumir os erros da sua longa abstenção e aproveitar da persistente defesa das *regras da arte* em que se traduz a ética das profissões que as Ordens preservaram.

Esta questão é hoje central, em vista da perplexidade a que nos conduziu a globalização da economia, exigindo organizações económicas e estaduais que absorvem, e em muitos casos extinguem, o espaço da liberdade profissional, o que retira às Ordens a natureza antiga de instituições de profissionais sem patrão. A evolução anuncia o recurso à introdução de vertentes sindicais no conceito antigo, para algumas das atividades que se organizam segundo o modelo e até existem sinais semelhantes em ramos da soberania e da autoridade do Estado. A ética do globalismo económico não produziu códigos de boa conduta que evitem os alarmes e as respetivas consequências que nesta data fazem da corrupção uma inquietação dos governos com cada vez menos exceções; a disciplina da corrente, que vem da livre investigação para a responsável aplicação dos saberes, luta com perplexidades que tiveram exemplos no pequeno espaço português; a redução da liberdade profissional antiga, pela necessária submissão dos profissionais a hierarquias empresariais ou públicas, é estrutural: a defesa das regras de arte, que explicitam a ética da profissão, é um espaço de garantia que a sociedade civil não pode dispensar, e que os poderes lícitos ou fálicos não devem ter a liberdade de invadir.